



Museus Casas Históricas: Patrimônios e Narrativas do Médio Paraíba Fluminense

IOHANA BRITO DE FREITAS*

“Bom dia, bem vindos à Fazenda Santa Eufrásia. Vindos do Rio de Janeiro? Por favor, notícias da Corte”. Com estas palavras, trajando roupas de baronesa, Elisabeth Dolson, uma das bisnetas do coronel Horácio Lemos, que adquiriu a fazenda quando a economia cafeeira já declinava no Vale do Paraíba, recebe visitantes na única fazenda particular da região tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro.

Construída por volta de 1830, a propriedade hoje integra um circuito de mais de vinte fazendas históricas do Vale do Café abertas à visitação, onde, de acordo com os receptivos turísticos e sites da região, “é possível fazer uma viagem até o tempo em que os barões ostentavam poder e riqueza”, “respirar os ares do império” e “se encantar com as histórias”¹. Dentre os passados possíveis, opta-se, na maioria das vezes, pela recordação da opulência da economia cafeeira, da promoção das estradas de ferro, dos belos jardins e luxo ostentado pelos senhores. Nestas narrativas, a abolição da escravidão surge como um dos principais elementos da decadência da região. Relega-se aos escravizados que habitaram e cultivaram o café nas fazendas, apenas vestígios da opressão materializados em ruínas de senzalas, equipamentos de tortura e narrativas de busca a escravos fujões.

Ressignificadas, as casas sede dão lugar a Museus Casas², deixando entrever para além de uma coleção de objetos do século XIX e início do XX, traços sociais e simbólicos que *re-presentificam*, como afirma Fernando Catroga (2015), as relações sociais de outrora. Arquivos ilustrados das relações de poder, estes museus nos contam sobre a história de suas propriedades, e também das relações humanas com estes espaços vividos. Possibilitam pensar

* Doutoranda em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bolsista CAPES.

¹ O Vale do Café é uma denominação turística para a região do Médio Paraíba, que abrange os municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda. Dentre as fazendas da região abertas à visitação, destacam-se: Fazenda Aliança, Fazenda Arvoredo, Fazenda da Taquara, Fazenda Ponte Alta, Fazenda São João da Prosperidade, Fazenda Florença, Fazenda União, Fazenda Cachoeira Grande, Fazenda Vista Alegre, Fazenda do Paraíso, Fazenda das Palmas, Fazenda Santa Eufrásia, Fazenda Pau D’Alho, Fazenda da Bocaina. O “circuito das fazendas históricas do Vale do Café” é divulgado em sites como: http://www.portalvaledocafe.com.br/fazendas_historicas.asp; <http://valedocafe.com.br/>; http://envio.institutocidadeviva.org.br/arquivos/guia_do_cafe.pdf; <http://www.trilhaseaventuras.com.br/circuito-das-fazendas-historicas-do-vale-do-cafe-rj/>.

² A identificação destes espaços como Museus Casas seguiu a listagem do ICOM (International Council of Museums), de acordo com o trabalho organizado por Ana Cristina Carvalho - Museus-Casas Históricas no Brasil - 2013.

a construção de leituras do passado permeadas por estratégias de consolidação e/ou disputas de sentidos que hoje (re)afirmam identidades e (re)definem patrimônios culturais.

Vale destacar que no Vale do Paraíba a escravidão enquanto instituição manteve até tardiamente sua vitalidade. Nas décadas finais do século XIX a maior concentração de africanos e descendentes escravizados estava na economia cafeeira. Como observam Hebe Mattos e Ana Lugão Rios, na obra *Memórias do Cativo*, ainda antes da abolição uma das preocupações centrais dos senhores era a possibilidade dos escravos deixarem as fazendas nos quais foram cativos. Dentre as estratégias senhoriais para evitar este abandono estava a de procurar ligá-los a si e às fazendas por laços de gratidão, antecipando-se à abolição e concedendo alforrias em massa. Contavam também com a característica local de grande parte dos escravos estarem ligados entre si por extensas redes de parentesco, de por vezes até três gerações em uma mesma fazenda, o que dificultava sua mobilidade. Assim, no pós-abolição, boa parte dos libertos optou pela permanência na região em que já eram conhecidos e nas quais já contavam com uma rede de parentes e amigos. Será neste contexto de disputas entre a manutenção e instituição de novas práticas, que as memórias da escravidão e os sentidos da liberdade serão construídos e darão forma a demandas por inclusão, ou cidadania, perseguidas pela última geração de escravos e por seus filhos e netos (RIOS & MATTOS, 2005).

À medida que a lembrança da escravidão se desloca da memória coletiva para a memória histórica (Halbwachs, 2003), assume diferentes formas em espaços públicos, narrativas, monumentos e museus, deixando entrever importantes disputas políticas em torno da recuperação da memória. Assim sendo, como a memória da escravidão está sendo moldada, exibida e construída na arena pública destas fazendas? Como afirma Ana Lucia Araujo (2012: p.2)

Collective memory becomes public when it is transformed into a political instrument to build, assert, and reinforce identities of these groups. In other words, collective memory is not related to individual recollection of personal experiences and events, but is about the way the past of a group is lived again in the present – the way a group associates its common remembrances with historical events or with a set of historical events.

Ao abrir novamente as portas da Casa Grande, agora Museu Casa, (re) constroem-se memórias e afloram disputas simbólicas que se tecem no processo de afirmação de identidades e de patrimônios.

Memória, Alteridade e Construção do Passado

O Conselho Internacional de Museus – ICOM define museu como “instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite”³. Dentre os diferentes tipos de museu, os Museus Casas⁴ possuem a singularidade de conectar seu espaço físico, as coleções expostas – em sua maioria composta por bens originais da edificação ou representativo do período – e seus habitantes (CARVALHO, 2013:08). A ideia de casa remete à residência e, portanto, a suposição de que alguém tenha vivido ali, com suas memórias, parentes, rituais, gostos pessoais, amigos, vizinhos, negócios, empregados. A intimidade humana e da vida privada se ressignificam nos valores coletivos.

O Museu Casa é, antes de tudo, “lugar de memória” (NORA, 1993), local de construção de narrativas de vida. Seu acervo remete à dimensão onírica do visitante, despertando afetividades e emoções. Segundo Michael Pollak a memória é constituída seja por acontecimentos vividos pessoalmente, seja por acontecimentos vividos pela coletividade – “vividos por tabela” – dos quais o indivíduo nem sempre participou ou mesmo são eventos que não se situam no espaço-tempo desta pessoa (POLLAK, 1992: 02-05). Neste contexto, a memória, para além de seu âmbito individual, deve ser entendida como construção coletiva,

³ Definição de Museu – ICOM 2007. Disponível em: http://icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx. Acesso em 27/07/2016.

⁴Utilizamos aqui a tipologia adotada pelo Comitê Internacional para os Museus Casas Históricas - DEMISTH, do Conselho Internacional de Museus – ICOM. Os Museus Casas foram categorizados por Pavoni no âmbito do DEMHIST, em 2007, da seguinte forma: 1. Casas de Personalidade; 2. Casas de Colecionadores; 3. Casas de Beleza; 4. Casas de Eventos Históricas; 5. Casas de Sociedade Local; 6. Casas Ancestrais; 7. Casas de Poder Real; 8. Casas Clericais; 9. Casas Modestas. No arquivo final disponibilizado na página virtual do DEMHIST foram acrescentadas mais duas tipologias: 10. Casas com salas cronológicas e 11. Casas para Museus. Ver: CARVALHO, Ana Cristina (org.). Museus-Casas Históricas no Brasil. São Paulo, Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, 2013.

submetida a flutuações e transformações, em reconstrução permanente, forjada na alteridade, de forma seletiva e conciliatória (ABREU, 2016).

A transformação de uma casa em um museu está pautada no desejo de um grupo de transmitir e preservar aquele legado às gerações futuras, baseado na memória do patrono, no acervo que ele cultivou, em eventos históricos e até mesmo na importância do edifício, ou seja, em um passado selecionado. Maurice Halbwachs afirma que “o fato de permanecer o tempo de alguma forma imóvel durante período até bastante extenso é consequência de que ele serve de contexto comum ao pensamento de um grupo”, sustentando a vontade de manutenção de um espaço íntimo para apreciação da coletividade (HALBWACHS, 2003:146).

Neste sentido, memória pública e privada interagem e se formam em simultâneo. Note que não se trata de uma dialética entre memórias puras, originárias, e sim de uma pluralidade de memórias tecidas de forma relacional no seio de um horizonte comum, não consensual, que permite o reconhecimento e a compartilha. A recordação, enquanto presente-passado, unifica os diversos tempos sociais em que comparticipa, enraizando horizontes de expectativas em campos de experiência e possibilitando organizar, à luz do passado, o percurso como projeto.

Passado, presente e futuro não se articulam de forma linear e sucessiva, como uma mera soma de categorias temporais. Não se pode inferir uma ordenação irreversível, causal ou analógica em relação ao presente. “Os seus nexos são urdidos por afinidades eletivas e estas determinam que cada presente construa a sua própria história dentro do horizonte de possibilidades que ele é”. (CATROGA, 2015: 23)

Recordar e esquecer/silenciar moldam e articulam, assim, a representação de passados-presentes possíveis que acionam a história como saber (produção de conhecimentos comprováveis) e refundam a memória histórica. Vale ressaltar que as identidades culturais não estão alicerçadas na “recuperação do passado” e sim nas diferentes maneiras que nos posicionam, e pelas quais nos posicionamos, nas narrativas do passado (HALL, 1996). Deve-se atentar que a esfera social é viva, pulsante e em constante mudança, e as representações são apenas o referente estático do que se encontra em constante movimento.

O uso de leituras de passado como argumentos legitimadores de interesses do presente-futuro configuram assim utilidade político-ideológica. Em um mundo marcado pela

construção de um futuro que começa agora, expandindo o presente, o passado produz a ressignificação do próprio presente (HARTOG, 2015). E a apropriação turística do *histórico* é uma das expressões desse domínio. Recorre-se às memórias coletivas seja para valorizá-las como herança atualizada à luz de novas ideias, seja para enraizamento de antigos valores, desenvolvendo nos indivíduos o sentimento de pertença a uma dada comunidade política. Não se trata do “uso passadista do passado, mas a exploração da sua mais-valia como arma de legitimação de um regime de tempo de cariz prospectivo” (CATROGA, 2015: 82).

As abordagens recentes no campo das pesquisas sobre museus, representações e conflitos sociais inserem a museologia no campo ampliado das Humanidades, numa reflexão profícua com a antropologia e a história, por exemplo. Vale pautar que, desde a década de 1980, os historiadores brasileiros começaram a valorizar as ações dos sujeitos sociais, a construção dos processos históricos e a dimensão cultural das lutas sociais mais amplas como um espaço de luta política e identitária na história do Brasil (ABREU, 2007).

Neste sentido, compreender como as relações sociais oitocentistas são representadas no universo museal dos Museus Casas do Médio Paraíba fluminense implica no diálogo com representações atuais, construções simbólicas e leituras do passado possíveis por seus diferentes sujeitos sociais.

Todo regime de representação é um regime de poder formado, como lembrou Foucault, pelo binômio fatal “conhecer/poder”. Mas esse tipo de conhecimento não é externo, é interno. Uma coisa é posicionar um sujeito ou um conjunto de pessoas como o Outro de um discurso dominante. Coisa muito diferente é sujeitá-los a esse “conhecimento”, não só como uma questão de dominação e vontade imposta, mas pela força da compulsão íntima e a conformação subjetiva à norma (HALL, 1996:70).

O museu possui, pois, dupla personalidade: “sua vocação de fazer história e seu pertencer à história” (SANTOS, 2009:115). Deve ser apreendido como “um fenômeno, lugar de encontro, instância relacional” (SCHEINER e ALVES, 2012:102), englobando as

instituições, os territórios, as experiências, ou mesmo os espaços imateriais, atento à variedade de relações que os grupos sociais têm com os lugares que ocupam.

O museu dialoga diretamente com a ideia de patrimônio como construção social e discursiva, que se expressa a partir de sujeitos, lugares, interesses, estratégias e suportes diferenciados e, como tal, revela-se como itinerários simbólicos que produzem relações de poder, saber, identidades, linguagens e práticas sociais.

O patrimônio enquanto categoria de pensamento sujeita a construções históricas, resultante de processos contínuos de transformação, é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar, mas também "para agir", como afirma José Gonçalves, fazendo a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente e outras oposições. O patrimônio não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado; de certo modo, constrói, forma as pessoas. (GONÇALVES, 2003:23-27)

Museu e patrimônio convergem então para o mesmo ponto, como "formações discursivas que permitem mapear conteúdos simbólicos" (FONSECA, 2003:64) e, em última análise, sustentam múltiplas identidades. Não se pode esquecer que a preservação do patrimônio cultural é uma prática social, que implica um processo de interpretação da cultura, como produção não apenas material, mas também simbólica, portadora de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Valores estes que precisam ser constantemente reiterados a partir de critérios que variam no tempo e no espaço (FONSECA, 2003:67).

É importante lembrar que tanto a história como os museus operam com interpretações do real, através da memória; e que "as diferentes figurações da História, promovidas pelos museus, dependem intrinsecamente das relações que cada museu estabelece com a memória e com a História, em cada tempo, em cada lugar" (SCHEINER, 2006:54).

O Museu que outrora era visto como espaço de guarda de documentos culturalmente relevantes para camadas hegemônicas de grupos sociais que constituíam as narrativas da história, com o movimento da "Nova Museologia", que ganha espaço nos anos 1980, incorporam novos paradigmas com foco em uma "museologia da ação", ampliando os debates sobre a relação Museu e Sociedade e pautando-se no princípio da participação dos agentes

sociais no ambiente museológico (SCHEINER e ALVES, 2012). O Museu passa a representar novas possibilidades, articulando-se ao conceito de patrimônio, progressivamente alargado.

No Brasil, apesar da Constituição Federal de 1988 prever a valorização como patrimônio das diversas formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, as políticas preservacionistas ficaram restritas aos bens de “pedra e cal”, na maioria das vezes ligados ao poder ou lógica colonial. Com a aprovação do decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o inventário e o registro do denominado patrimônio cultural imaterial ou intangível, houve uma mudança significativa na forma de se pensar o conceito de patrimônio.

Ainda que a noção de patrimônio tenha sido ampliada, como aponta Maria Cecília Fonseca, a imagem construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, ainda evoca a ideia de que “patrimônio histórico e artístico” é um conjunto de monumentos antigos que se deve preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores. Esse entendimento da prática de preservação "terminou por associá-la às idéias de conservação e de imutabilidade, contrapondo-a, portanto, à noção de mudança ou transformação, e centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo” (FONSECA, 2003:64).

É no espaço constituído a partir da relação entre memória e patrimônio que vicejam as práticas de colecionamento e as narrativas museais nacionais, regionais e locais (ABREU e CHAGAS, 2009:15). Neste sentido, estes museus casas de fazendas históricas devem ser compreendidos como lócus de relações, atuando na formação, transmissão e estabilização de uma série de categorias de pensamento.

Como afirma Márcia Chuva, o cerne da preservação do patrimônio, em seus diferentes formatos, é a atribuição de valor que transforma bens ou práticas culturais em patrimônio – compreendido como referência de pertencimento a grupos de identidade (CHUVA, 2013:198). Valor pra quem, em que sentido ou perspectiva? Valor simbólico, estético, histórico, de uso, de troca, todos estão em jogo em uma economia que se instaura a partir do reconhecimento por meio da sua patrimonialização e musealização.

Os Museus Casas são entendidos então como sujeito de práticas discursivas, mas também como “espaços de fronteira, pontes entre culturas, como espelho multifacetado da

experiência humana” (SCHEINER, 2006:59), onde muitas narrativas e olhares se cruzam e dialogam, percebendo a história não como retorno, mas como constantes ressignificações.

Pensar os itinerários e estratégias de consolidação e/ou disputas de sentidos como chave para a compreensão das representações sociais e de produção de bens patrimoniais nos espaços destas fazendas pressupõe então compreender os processos de memorialização da escravidão, os quais dão voz a (ou silenciam) relações sociais marcadas pela desigualdade, por resistências e negociações.

Deve-se, pois, questionar visões já cristalizadas, atentar às trocas simbólicas e aos processos de ativação da memória. Como afirma Regina Abreu, “certos suportes materiais e imateriais, nomeados ou não como patrimônio, têm poder de agência. São capazes de forjar pedagogias sociais complexas, disciplinando os corpos, moldando comportamentos, disseminando crenças, organizando as relações entre o social e o cosmológico” (ABREU, 2016:63).

As transformações sociais, culturais e simbólicas impelem os indivíduos e grupos a procurarem no passado a sua legitimação. “E se, no que diz respeito ao tempo jurídico, o pretérito pode prescrever sem ser julgado, na historiografia (tal como na memória histórica) não deve existir o ‘imprescritível’. (...) E essa é a condição necessária para que se possa alcançar uma memória justa e ascender ao reconhecimento e ao perdão”. (CATROGA, 2015: p.33)

A estratégia de dar visibilidade a estes temas não só consolida novas formas de rememoração, para públicos que desconheciam ou se recusavam a falar desse passado, mas também abre caminhos de sustentabilidade para os grupos que sofrem o peso do estigma de serem descendentes dos antigos escravizados.

Museu e patrimônio moldam então práticas interpretativas e operam na reformulação de sensibilidades históricas. Como reagir aos silêncios da escravidão e tornar-se ativo sobre questões de tráfico humano e trabalho em servidão? Como mover a escravidão das entranhas de sua coleção para o centro da narrativa? Analisar os Museus Casas destas fazendas como campo de negociação e disputa de sentidos, memórias e afirmação de identidades contribui para o fortalecimento de práticas sociais e políticas públicas que façam valer as leis patrimoniais e a garantia de direitos culturais e de memória aos diferentes grupos. Como afirma Catroga (2015:23), recordar dá futuros ao passado.

Bibliografia:

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 2 ed.
- ABREU, Regina. *Memória social: itinerários poéticos-conceituais*. In: GEIGER, Amir; Vera Dodebei, Francisco R. de Farias, Jô Gondar (Org.) *Por que memória social?* Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. — *Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial*, v. 9, n. 15.
- ARAUJO, Ana Lucia (org). *Politics of Memory: Making Slavery Visible in the Public Space* (Routledge Studies in Cultural History). New York, London: Routledge, 2012.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento & SANTOS, Myrian Sepúlveda dos, “História, memória e esquecimento: Implicações políticas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, 2007, pp. 95-111.
- CARVALHO, Ana Cristina (org.). *Museus-Casas Históricas no Brasil*. São Paulo, Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, 2013.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015. (Coleção FGV de bolso. Série História).
- CHAGAS, Mário. *Memória Política e Política de Memória*. In: Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 2 ed. p.136-167.
- CHUVA, Márcia. *Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil*. In: Aline Montenegro Magalhães; Rafael Zamorano Bezerra. (Org.). *90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013, v. 1, p.195-208.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: Chagas, Mario e Abreu, Regina. *Memória e Patrimônio*. DP&A editora, Uni-Rio, Faperj, 2003.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ IPHAN, 2005.

- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: Chagas, Mario e Abreu, Regina (org). Memória e Patrimônio. DP&A editora, Unirio, Faperj, 2003.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2007. Coleção Museu, memória e cidadania.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In Antropologia e Patrimônio Cultural. Blumenau: Nova Letra, 2007 b.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2003.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 24, 1996. pp.68-75
- HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015 (Coleção História e Historiografia).
- MATTOS, Hebe & ABREU, Martha. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Iberoamericana, XI, 42 (2011), pp. 145-158
- MATTOS, Hebe; ABREU, Martha & GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 54, julho-dezembro de 2014, p.255-273.
- NORA, Pierre. Entre memória e história; a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo. PUC-SP, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, v.5, n.10. Rio de Janeiro: 1992. Trad. Monique Augras.
- RIOS, Ana Maria Lugão & MATTOS, Hebe Maria. Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 2 ed. p.115-135.
- SCHEINER, Teresa Cristina e ALVES, Vânia Maria Siqueira. Museu, Musealidade e Musealização: Termos em construção e expansão. IN: SCHEINER, Teresa,

GRANATO, Marcus, REIS, Maria Amélia (Coord.). Termos e Conceitos da Museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. Petrópolis, novembro 2012. RJ: PPG-PMUS, UNIRIO/MAST, 2012.

SCHEINER, Teresa. Museologia e interpretação da realidade: o discurso da História. In: Symposium Museology as a field of study: Museology and History. ICOM/ICOFOM. ICOFOM STUDY SERIES – ISS 35. Alta Gracia, Cordoba: 2006. p.53-60